

Informação breve sobre a reunião de hoje da CPCS para discussão do anteprojecto do Governo de revisão das leis laborais:

Parece ter havido alteração da tática do Governo quanto à contra-reforma laboral. Os sinais anteriores de urgência, com declarações da ministra a parceiros sociais, de que o Governo até queria aprovar a reforma antes do OE, foram substituídos por um plano de discussão na Concertação Social que, a ser cumprido, ocupará várias reuniões desta durante meses, antes da discussão parlamentar. A manterem esta orientação, o processo da reforma prosseguirá até meados do próximo ano.

Em matéria de cedências e alterações ao anteprojecto de revisão, **a ministra apresentou verbalmente apenas a revisão de algumas medidas secundárias, no domínio da amamentação e da parentalidade e de algumas outras matérias**, que provavelmente apresentará depois em documento aos parceiros, e que resumiu na reunião: mantém a posição sobre as faltas por luto gestacional; introduziram a palavra “sempre”, tornando-a, parece obrigatória, a licença de 14 a 30 dias por interrupção da gravidez; alteraram a exigência de atestado médico desde o início da amamentação, para apenas depois dos primeiros 12 meses; a aleitação pode ser assegurada por qualquer dos pais e em partilha; é reintroduzida a doença oncológica, que tinha sido retirada, na protecção de filhos com doença crónica.

Também incluíram, quanto ao direito de informação sindical nas empresas, o direito de afixação no caso das pequenas empresas, a par do direito de informação na internet da empresa, com o argumento de que verificaram que muitas pequenas empresas ainda não têm rede própria. E, quanto ao regime de trabalho contínuo, adiantou a possibilidade de reduzir a pausa em meia hora para permitir a saída mais cedo.

A ministra não revelou qualquer cedência nas matérias fundamentais e na reunião não foi entregue nenhuma revisão do anteprojecto já apresentado.

O governo propôs um plano de discussão da revisão das leis laborais, dividido por uns oito temas e sendo uma reunião da CPCS para cada tema.

Temas previstos: modalidades do contrato de trabalho; tempo de trabalho; vicissitudes contratuais (lay-off, transmissão de estabelecimento, ...); parentalidade e conciliação da vida profissional e familiar; despedimentos; acção sindical; contratação colectiva; direito de greve.

São também públicas as declarações e registadas pela imprensa da ministra, sobre a reunião, afirmando que “o Governo não tem pressa relativamente à negociação, que deve ser profunda”, mas que “isto dito, o Governo não vai eternizar esta matéria na Concertação Social”, declarando que no final da discussão ou não há acordo e avançam com a proposta legislativa própria para a AR ou há um projecto resultante da negociação na CPCS.

Tudo somado, é claro que as declarações, pretendendo salvar o rosto e a coerência da urgência que antes declarava, **de facto significam que o Governo parece querer diferir o embate maior sobre a reforma laboral para depois do processo do OE.**

As posições públicas do SG do PS recusando o projecto de revisão laboral do Governo e declarando que este processo pesaria negativamente sobre a sua participação na negociação do OE parecem ter pesado na mudança de tática do Governo. O que é confirmado também pelo que a ministra do trabalho terá declarado em conversas ou reuniões de que o primeiro-ministro teria ficado “sensibilizado” com a posição de José Luís Carneiro de que esta reforma laboral não devia pesar sobre o OE. Sabe-se que também o Presidente da República terá manifestado a opinião de que seria bom que este processo de revisão deslizesse ou fosse diferido.

Houve também contactos entre os SG da CGTP e da UGT sobre o que fazer. É também público que há duas visões distintas. A CGTP deseja avançar já com um processo de mobilização e de luta. A UGT quer ainda desenvolver o processo de discussão na Concertação Social, embora mantenha uma posição de rejeição da documento apresentado pelo Governo.

Em conclusão: haverá necessidade, à luz do que hoje se passou, de reavaliar como se vai desenvolver o processo de combate político, sindical e social quanto ao projecto do Governo.

10/09/2025 – 19.35 h